



Colégio

00001

Sala

0001

Ordem

0001

Julho/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de Analista Judiciário Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O segredo da felicidade é encontrar a nossa alegria na alegria dos outros.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

As calçadas

O inglês tem um verbo curioso, **to loiter**, que quer dizer, mais ou menos, andar devagar ou a esmo, ficar à toa, zanzar (grande palavra), vagabundear, ou simplesmente não transitar. E nos Estados Unidos (não sei se na Inglaterra também), **loitering** é uma contravenção. Você pode ser preso por **loitering**, por estar parado em vez de transitando, numa calçada. O que diferencia um abusivo **loitering** de uma apenas inocente ausência de movimento ou de direção depende, imagino, da interpretação do guarda, ou também daquela sutil subjetividade que também define o que é uma "atitude suspeita".

Mas é difícil pensar em outra coisa que divida mais claramente o mundo anglo-saxão do mundo latino do que o **loitering**, que não tem nem tradução exata em língua românica, que eu saiba. Se **loitering** fosse contravenção na Itália, onde ficar parado na rua para conversar ou apenas para ver os que transitam transitarem é uma tradição tão antiga quanto a sesta, metade da população viveria na cadeia. Na Espanha, toda a população viveria na cadeia.

Talvez a diferença entre a América e a Europa, e a vantagem econômica da América sobre os povos que zanzam, se explique pelos conceitos diferentes de calçada: um lugar utilitário por onde se ir (e, claro, voltar) ou um lugar para se estar, de preferência com outros. Os franceses, apesar de latinos, não costumam usar tanto a calçada como sala, não porque tenham se americanizado para aumentar a produção, mas porque preferem usá-la como café, e estar com outros sentados. Desperdiça-se tempo, mas ganham-se anos de vida, parados numa calçada.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 69-70)

1. No terceiro parágrafo, ao definir uma calçada como *um lugar utilitário*, o cronista está considerando
 - (A) a prática do **loitering** tal como é adotada hoje em dia pela maioria dos franceses.
 - (B) o modo pelo qual os latinos impuseram aos franceses uma valorização das calçadas.
 - (C) uma possível razão da vantagem econômica dos americanos sobre os povos que zanzam.
 - (D) o motivo pelo qual os espanhóis passaram a defender a razão de seu hábito preferido.
 - (E) uma espécie de *atitude suspeita* que marcaria o comportamento dos italianos.

2. Considere esta frase:

O que diferencia um abusivo **loitering** de uma apenas inocente ausência de movimento depende da interpretação do guarda. Uma nova, correta e coerente redação dessa frase poderia assim se constituir: A depender da interpretação do guarda,

 - (A) ainda que fosse inocente a ausência de movimento, poderia ser abusivo o **loitering**.
 - (B) se estabelece a distinção entre o abuso do **loitering** e a mera falta de movimento.
 - (C) o abusivo **loitering** e a ingênua falta de movimentação seriam indiferentes.
 - (D) tanto seria inocente o **loitering** como abusiva a simples falta de movimentação.
 - (E) diferenciariam-se tanto uma prática inocente como uma ação abusiva do **loitering**.

3. Nessa crônica carregada de humor, Luis Fernando Verissimo vale-se de certas marcas atribuídas a certas culturas, quando acredita, por exemplo, que
 - (A) a classificação do **loitering** como contravenção impediu que os espanhóis desenvolvessem o mesmo hábito dos italianos.
 - (B) a prática do **loitering** acabou por reduzir o prazer que os franceses já tiveram em conversar nas calçadas dos cafés.
 - (C) o **loitering** é um comportamento típico dos povos anglo-saxões, que assim se diferenciariam dos povos latinos.
 - (D) uma sanção muito rigorosa da prática do **loitering** resultaria em pena de reclusão para parte bastante significativa da população italiana.
 - (E) a vantagem econômica dos povos latinos sobre os europeus deriva do fato de que aqueles pouco desenvolvem o hábito do **loitering**.

4. Em relação ao sentido do verbo inglês **to loiter** e de sua forma **loitering**, o cronista considera que essas expressões
 - (A) referem-se a uma prática social de peso e valor diversos em diferentes países.
 - (B) junto aos povos latinos designam um modo de se desperdiçar o tempo.
 - (C) não encontram tradução sequer aproximativa para o português ou outra língua românica.
 - (D) têm significação inteiramente subjetiva, dependendo tão somente de quem as usa.
 - (E) têm um significado que varia de país para país, o que impede seu reconhecimento.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:
- (A) Aos espanhóis e aos italianos imputam-se o hábito de se valerem das calçadas para longas conversações.
 - (B) Atribui-se à prática do **loitering**, na Europa, desvantagens de sua economia em relação à da América.
 - (C) Nos Estados Unidos como na Inglaterra têm diferentes implicações legais a prática do **loitering**.
 - (D) Há países em que se podem punir como contravenção a prática dos que ficam zanzando pelas calçadas.
 - (E) Muitas vezes cabe aos guardas interpretar as diferenças entre atos inocentes e supostas contravenções.
-
6. O segmento sublinhado na frase *Os franceses, apesar de latinos, não costumam usar tanto a calçada*, pode ser coerentemente substituído por
- (A) porquanto latinos
 - (B) supostamente latinos
 - (C) conquanto sejam latinos
 - (D) latinos que fossem
 - (E) uma vez latinos
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 15, baseie-se no texto abaixo.

[Ritmos da civilização]

Se um camponês espanhol tivesse adormecido no ano 1.000 e despertado quinhentos anos depois, ao som dos marinheiros de Colombo a bordo das caravelas Nina, Pinta e Santa Maria, o mundo lhe pareceria bastante familiar. Esse viajante da Idade Média ainda teria se sentido em casa. Mas se um dos marinheiros de Colombo tivesse caído em letargia similar e despertado ao toque de um iPhone do século XXI, se encontraria num mundo estranho, para além de sua compreensão. “Estou no Céu?”, ele poderia muito bem se perguntar, “Ou, talvez, no Inferno?”

Os últimos quinhentos anos testemunharam um crescimento fenomenal e sem precedentes no poderio humano. Suponha que um navio de batalha moderno fosse transportado de volta à época de Colombo. Em questão de segundos, poderia destruir as três caravelas e em seguida afundar as esquadras de cada uma das grandes potências mundiais. Cinco navios de carga modernos poderiam levar a bordo o carregamento das frotas mercantes do mundo inteiro. Um computador moderno poderia facilmente armazenar cada palavra e número de todos os documentos de todas as bibliotecas medievais, com espaço de sobra. Qualquer grande banco de hoje tem mais dinheiro do que todos os reinos do mundo pré-moderno reunidos.

Durante a maior parte da sua história, os humanos não sabiam nada sobre 99,99% dos organismos do planeta – em especial, os micro-organismos. Foi só em 1674 que um olho humano viu um micro-organismo pela primeira vez, quando Anton van Leeuwenhock deu uma espiada através de seu microscópio caseiro e ficou impressionado ao ver um mundo inteiro de criaturas minúsculas dando volta em uma gota d'água. Hoje, projetamos bactérias para produzir medicamentos, fabricar biocombustível e matar parasitas.

Mas o momento mais notável e definidor dos últimos 500 anos ocorreu às 5h29m45s da manhã de 16 de julho de 1945. Naquele segundo exato, cientistas norte-americanos detonaram a primeira bomba atômica em Alamogordo, Novo México. Daquele ponto em diante, a humanidade teve a capacidade não só de mudar o curso da história como também de colocar um fim nela. O processo histórico que levou a Alamogordo e à Lua é conhecido como Revolução Científica. Ao longo dos últimos cinco séculos, os humanos passaram a acreditar que poderiam aumentar suas capacidades se investissem em pesquisa científica. O que ninguém poderia imaginar era em que aceleração frenética tudo se daria.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **Uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018, p. 257-259, *passim*)

7. A tese central do autor do texto é a de que
- (A) o ritmo dos feitos mais recentes da nossa ciência parece ter sofrido relativa retração, se comparado ao de períodos anteriores.
 - (B) a inovação da área tecnológica depende de feitos históricos algo aleatórios, a partir dos quais tudo se revoluciona.
 - (C) a marcha da nossa civilização, desde os primórdios, vem ocorrendo numa progressão contínua, em ritmo tão regular como irrefreável.
 - (D) nos últimos cinco séculos a humanidade vem experimentando uma cada vez mais rápida sucessão de conquistas científicas.
 - (E) desde o início da Idade Média a tecnologia vem propiciando fulminantes avanços, sobretudo no campo das ciências naturais.
-
8. As experiências de vida de um marinheiro, ao tempo de Colombo,
- (A) de pouco lhe valeriam, se postas diante da irracionalidade que passou a comprometer a ciência do século XXI.
 - (B) faziam-no desfrutar de condições profissionais mais vantajosas do que aquelas em que vivem os marujos modernos.
 - (C) amadureciam-no rapidamente graças ao ritmo frenético das conquistas tecnológicas daquela época.
 - (D) tornavam-no apto a antecipar os avanços inevitáveis da civilização, sobretudo no campo da tecnologia náutica.
 - (E) não o faziam sequer suspeitar do que lhe seria apresentado, caso se visse transportado para o nosso século.
-



9. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Ao imaginar, ao modo de uma ficção científica que um homem, fosse transportado no tempo, que por exemplo um camponês, da Idade Média se visse no século XXI, o cronista avalia a estupefação de que o pobre homem seria tomado.
 - (B) Ao imaginar, ao modo de uma ficção científica, que um homem fosse transportado no tempo, que, por exemplo, um camponês da Idade Média se visse no século XXI, o cronista avalia a estupefação de que o pobre homem seria tomado.
 - (C) Ao imaginar ao modo de uma ficção científica, que um homem fosse transportado no tempo que, por exemplo um camponês da Idade Média, se visse no século XXI o cronista avalia a estupefação de que o pobre homem seria tomado.
 - (D) Ao imaginar ao modo de uma ficção científica que um homem fosse transportado no tempo, que por exemplo, um camponês da Idade Média, se visse no século XXI, o cronista avalia a estupefação, de que o pobre homem, seria tomado.
 - (E) Ao imaginar ao modo de uma ficção científica, que um homem fosse transportado no tempo, que por exemplo, um camponês da Idade Média se visse, no século XXI, o cronista avalia a estupefação, de que o pobre homem seria tomado.
-
10. É inteiramente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na seguinte construção:
- (A) Ninguém imaginará que um microscópio tão limitado pudesse ter sido responsável pelo achado que então se dera.
 - (B) Não fosse a curiosidade científica, aquele pequeno microscópio não terá entrado na história pela façanha que propiciara.
 - (C) Caso não tivesse ocorrido o uso do modesto microscópio, a descoberta dos micro-organismos haveria de esperar mais algum tempo.
 - (D) Fora providencial o uso daquele pequeno microscópio para que se venha a descobrir a existência de micro-organismos.
 - (E) Teria sido adiada a revelação dos micro-organismos no caso de aquele cientista não vier a utilizar seu microscópio doméstico.
-
11. Da leitura do segundo parágrafo depreende-se que o *crescimento fenomenal e sem precedentes no poderio humano* manifestou-se sobretudo considerando-se
- (A) a facilidade de improvisarmos diante dos obstáculos e desafios.
 - (B) a socialização de bens de consumo e de serviços públicos.
 - (C) o aspecto quantitativo das alterações ambientais.
 - (D) a capacidade de produzir e sintetizar operações mais complexas.
 - (E) o rigor ético que passou a orientar a nossa ciência.
-
12. De acordo com o que se afirma no parágrafo
- (A) quarto, a Revolução Científica teve como marcos históricos iniciais a invenção da bomba atômica e a tecnologia que levou o homem à Lua.
 - (B) quarto, o primado da ciência e da tecnologia pode levar a consequências históricas drasticamente diferentes.
 - (C) primeiro, nunca houve tanta defasagem entre estágios tecnológicos como a que ocorreu entre um camponês espanhol e um marinheiro de Colombo.
 - (D) segundo, as vantagens trazidas pelo advento da computação são de ordem quantitativa, não alterando os efeitos naturais dos eventos.
 - (E) terceiro, os homens só vieram a saber da existência de micro-organismos depois que um microscópio lhes facultou a produção de bactérias.
-
13. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *o momento mais notável e definidor* (4º parágrafo) = a instância mais solene e consumada
 - (B) *em que aceleração frenética tudo se daria* (4º parágrafo) = em que ritmo ousado ocorreriam.
 - (C) *tivesse caído em letargia* (1º parágrafo) = entrasse num estado letárgico
 - (D) *sem precedentes no poderio humano* (2º parágrafo) = sem previsão nos dotes humanitários.
 - (E) *Durante a maior parte da sua história* (3º parágrafo) = Ao longo da sua história mais típica
-
14. Está inteiramente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Um microscópio doméstico, de cuja capacidade riríamos hoje, foi fundamental para a revelação visual dos micro-organismos.
 - (B) A energia atômica, que seu uso pode se dar em várias direções, marcou o início de uma nova era na história da Humanidade.
 - (C) Seria enorme o espanto ao qual um camponês do ano 1.000 se sentiria invadido caso viesse a cair na era da Revolução Científica.
 - (D) Tomou proporções gigantescas o crescimento econômico porque foi marcado o período dos últimos quinhentos anos.
 - (E) É altíssima a capacidade de armazenamento de dados aonde se capacitam os computadores das grandes corporações.
-
15. “Estou no Céu?”, *ele poderia muito bem se perguntar*, “Ou, talvez, no Inferno?”
- Caso o autor do texto optasse por usar o discurso indireto, o segmento acima deveria apresentar a seguinte construção: Ele poderia muito bem se perguntar
- (A) onde haverá de estar: no Céu ou no Inferno?
 - (B) consigo mesmo: onde estou, este é o Céu ou o Inferno?
 - (C) se estou no Céu, ou no Inferno, quem sabe?
 - (D) aonde estaria eu, se no Céu, talvez, ou no Inferno.
 - (E) onde estaria, se no Céu, ou se no Inferno.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Em uma empresa há 360 funcionários, metade homens, metade mulheres. Sabe-se que 45% dos funcionários têm Ensino Médio completo como maior grau de escolaridade, os demais têm Ensino Superior completo. Dentre os funcionários homens, 95 têm Ensino Superior completo. O número de mulheres que têm Ensino Médio completo como maior grau de escolaridade é
- (A) 80
(B) 77
(C) 81
(D) 79
(E) 78
-
17. Em determinada escola de línguas, todos os professores que ensinam chinês ensinam, também, inglês. Nessa escola há, pelo menos, um professor que ensina alemão e chinês, e há, pelo menos, um professor que ensina francês e inglês. É correto afirmar que, nessa escola de línguas, necessariamente,
- (A) há, pelo menos, um professor que ensina inglês e alemão.
(B) todos os professores que ensinam inglês ensinam, também, francês.
(C) todos os professores que ensinam alemão ensinam, também, inglês.
(D) há, pelo menos, um professor que ensina alemão e francês.
(E) há, pelo menos, um professor que ensina francês e chinês.
-
18. Os bens do Sr. João foram partilhados após sua morte. Os custos processuais corresponderam a 10% do valor total dos bens. Após os custos, a partilha foi feita de modo que a esposa do Sr. João ficou com metade do saldo e a outra metade foi repartida igualmente entre os três filhos do casal. A parte de cada um dos filhos, em relação ao valor total dos bens antes dos custos, corresponde a
- (A) 17,5%
(B) 20%
(C) 15%
(D) 10%
(E) 12,5%
-
19. Quando estou feliz e faz sol, passeio com o cachorro. Sempre que passeio com o cachorro e não passo na padaria, como um pastel na feira. Ontem, não comi um pastel na feira e não passei na padaria. Logo, ontem, necessariamente,
- (A) eu estava feliz.
(B) passei com o cachorro.
(C) eu não estava feliz.
(D) fez sol.
(E) não passei com o cachorro.
-
20. Uma loja costuma contratar costureiras de acordo com as encomendas que recebe. O dono da loja sabe que, em 4 dias, 15 costureiras fazem 18 cortinas, trabalhando juntas e no mesmo ritmo. Ele recebeu uma encomenda de 120 cortinas para serem entregues em 16 dias. Para entregar essa encomenda no prazo estipulado, o número mínimo de costureiras que ele precisa contratar é
- (A) 30
(B) 18
(C) 22
(D) 25
(E) 24

**Legislação**

21. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, naquilo que concerne à eleição para os cargos de direção do Tribunal,
- (A) os mandatos dos cargos previstos no presente artigo serão de dois anos, permitida uma reeleição do Presidente do Tribunal, do Vice-Presidente, do Corregedor Regional e do Vice-Corregedor.
 - (B) é vedada a acumulação de cargos, salvo os de Ouvidor e Vice-Ouvidor com os de direção e de juízes auxiliares.
 - (C) será considerado eleito o Desembargador que obtiver a maioria relativa dos votos entre os membros efetivos presentes na sessão do Tribunal Pleno.
 - (D) quando a vaga ocorrer após o término do primeiro ano de mandato, o cargo de Vice-Presidente será ocupado pelo Corregedor Regional.
 - (E) em caso de empate, será imediatamente considerado eleito o Desembargador mais antigo do Tribunal.
-
22. Conforme dispõe o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, deliberar sobre a alteração e estabelecimento da jurisdição das Varas do Trabalho e votar a convocação de Juiz do Trabalho para o Tribunal compete, respectivamente, ao
- (A) Tribunal Pleno e ao Tribunal Pleno.
 - (B) Órgão Especial e ao Corregedor Regional.
 - (C) Órgão Especial e ao Tribunal Pleno.
 - (D) Tribunal Pleno e ao Corregedor Regional.
 - (E) Órgão Especial e ao Órgão Especial.
-
23. Um servidor ocupante de cargo em comissão foi nomeado para ter exercício em outro cargo de confiança. Segundo a Lei nº 8.112/1990, esse fato é possível desde que seja
- (A) com prejuízo das atribuições que atualmente ocupa.
 - (B) com prejuízo da remuneração do cargo atual.
 - (C) de forma permanente.
 - (D) com acúmulo de remuneração.
 - (E) de forma interina.
-
24. O ato de provimento de determinado candidato aprovado no concurso público foi publicado em 4/4/2022. O candidato foi nomeado. Houve inspeção médica oficial e o candidato foi julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. A posse ocorreu mediante procuração específica em 20/4/2022. O servidor empossado entrou em exercício em 25/4/2002. No ato da entrada em exercício, o servidor apresentou declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,
- (A) não há previsão legal de posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
 - (B) a apresentação da declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública deveria ter sido feita no ato da posse.
 - (C) não há previsão legal para posse mediante procuração específica.
 - (D) o prazo legal para a posse não foi respeitado.
 - (E) o prazo legal para a entrada em exercício não foi respeitado.
-
25. Considere os seguintes atos:
- I. recusar fé a documentos públicos.
 - II. inassiduidade habitual.
 - III. opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
 - IV. incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.
 - V. recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
- Para os atos de I a V, a Lei nº 8.112/1990 prevê, respectivamente, as penas de
- (A) advertência, demissão, advertência, demissão e advertência.
 - (B) demissão, demissão, advertência, advertência e advertência.
 - (C) advertência, advertência, advertência, advertência e advertência.
 - (D) demissão, demissão, demissão, demissão e demissão.
 - (E) demissão, advertência, demissão, advertência e demissão.



26. Sobre o processo administrativo previsto na Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar:
- (A) A edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos podem ser objetos de delegação.
 - (B) O ato de delegação é irrevogável.
 - (C) Órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
 - (D) O requerimento inicial do interessado deve necessariamente ser feito por escrito.
 - (E) As organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos, são legitimadas como interessadas no processo administrativo.
-
27. Segundo dispõe a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), no que concerne às compras, é correto afirmar:
- (A) Poderá ser exigida amostra na fase de habilitação.
 - (B) A Administração não pode vedar a contratação de marca ou produto.
 - (C) O processamento por meio de sistema de registro de preços é obrigatório.
 - (D) O parcelamento do objeto não será adotado quando o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.
 - (E) Não há permissão legal para indicação pela Administração de marcas e modelos.
-
28. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, compete ao Presidente do Tribunal conciliar e instruir os dissídios coletivos. Há, no entanto, previsão legal para a delegação dessa competência apenas
- (A) ao Vice-Presidente do Tribunal e aos Presidentes de Turma.
 - (B) ao Vice-Presidente do Tribunal, aos Juízes de primeiro grau e ao Desembargador Integrante da Seção.
 - (C) ao Vice-Presidente do Tribunal e ao Desembargador Integrante da Seção.
 - (D) aos Juízes de primeiro grau e ao Desembargador Integrante da Seção.
 - (E) aos Juízes de primeiro grau e aos Presidentes de Turma.
-
29. Segundo dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo é denominada
- (A) não correlação.
 - (B) desqualificação.
 - (C) anonimização.
 - (D) não identificação.
 - (E) descaracterização.
-
30. Considere as seguintes sanções administrativas:
- I. advertência.
 - II. multa simples.
 - III. multa diária.
 - IV. publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência.
 - V. bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização.
 - VI. eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.
 - VII. suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração.
 - VIII. suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração.
 - IX. proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.
- Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, no que concerne às sanções administrativas a que se sujeitam os agentes de tratamento de dados, é correto afirmar que
- (A) as sanções previstas nos itens I, IV, V, VI, VII, VIII e IX poderão ser aplicadas às entidades e aos órgãos públicos.
 - (B) a condição econômica do infrator não é parâmetro nem critério para a aplicação das sanções constantes dos itens II e III.
 - (C) as sanções constantes dos itens VII e VIII estão limitadas pelo período máximo de seis meses, improrrogável.
 - (D) as multas simples e diárias estão limitadas no total, a cinquenta milhões de reais, consideradas todas as infrações.
 - (E) as sanções previstas nos itens II, III, IV, V e VI somente podem ser aplicadas após já ter sido imposta ao menos uma das sanções de que tratam os itens VII, VIII e IX.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Dispositivos de determinada lei federal foram objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, julgada, ao final, procedente pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Dois anos depois do trânsito em julgado da decisão, um Deputado Federal apresenta novo projeto de lei contendo disposições idênticas àquelas declaradas inconstitucionais pelo STF. Diante da situação acima descrita,
- (A) diante da pertinência temática, a Mesa do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, ou, ainda, partido político com representação no Congresso Nacional devem ingressar com reclamação constitucional no STF, que, provocado, obstará a votação do novo projeto de lei, para garantir a autoridade da decisão transitada em julgado.
 - (B) a decisão proferida pelo STF não vincula o Poder Legislativo, nem o próprio Tribunal, em relação a apreciações futuras da matéria. Assim, inexistente óbice a que o novo projeto de lei venha a ser aprovado e sancionado, hipótese em que poderá a lei resultante vir a ser objeto de nova Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ser apreciada oportunamente pelo STF.
 - (C) ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil caberá impetrar mandado de segurança coletivo junto ao STF, visando garantir a autoridade das suas decisões e, conseqüentemente, obstar a tramitação do projeto de lei.
 - (D) a decisão de inconstitucionalidade proferida pelo STF produz efeito vinculante em relação aos órgãos dos três poderes da União, em suas funções típicas ou atípicas. Dessa forma, caso o novo projeto de lei seja aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, haverá ofensa à coisa julgada e à autoridade da decisão da Suprema Corte, passíveis de tutela por meio de reclamação.
 - (E) diante do que já decidiu o STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade, o próprio Tribunal poderá obstar, em sede de controle preventivo, a votação do novo projeto de lei caso venha a ser impetrado mandado de segurança, por parlamentar, para tutela do devido processo legislativo.
-
32. Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais e da jurisprudência pertinente do Supremo Tribunal Federal,
- (A) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
 - (B) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em crimes hediondos, na forma da lei.
 - (C) é ilícita a prisão civil por dívida, exceto nos casos de devedor de obrigação alimentícia e do depositário infiel.
 - (D) é nulo o processo administrativo disciplinar contra servidor público que, embora tenha dele participado, não foi assistido por advogado, por ofensa à garantia da ampla defesa, com meios e recursos a ela inerentes.
 - (E) nas empresas com mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
-
33. Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre as competências dos entes federativos, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- I. preservar as florestas, a fauna e a flora.
 - II. planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
 - III. zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.
 - IV. organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
 - V. explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e V.
 - (B) I e V.
 - (C) I e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) I, III e IV.
-
34. Segundo o que dispõe a Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional:
- (A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
 - (B) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (C) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
 - (D) fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
 - (E) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.



35. Diante do que dispõe a Constituição Federal, bem como do entendimento dos Tribunais Superiores, em matéria de competência judiciária,
- (A) é da competência da Justiça Federal a execução das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que a Justiça do Trabalho vier a proferir, bem como dos acordos por ela homologados.
 - (B) compete à Justiça Federal julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho, em razão de não decorrerem diretamente da relação de trabalho.
 - (C) cabe ao Tribunal Superior do Trabalho a solução de conflito de competência entre Tribunais Regionais do Trabalho e o próprio Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) pode haver conflito de competência entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada.
 - (E) é da Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

Direito Processual do Trabalho

36. Epaminondas propôs reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora Rosa dos Ventos Indústria e Comércio de Peças Ltda.. Transitada em julgado a ação, e iniciado o processo de execução, o juiz suspende a execução com fundamento na prescrição intercorrente, eis que da distribuição da ação até a presente data decorreram mais de 2 anos. Inconformado, Epaminondas, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, poderá interpor
- (A) agravo de instrumento, no prazo de 8 dias, eis que é o recurso cabível na hipótese, podendo sustentar que a prescrição intercorrente só se opera após 5 anos do início da execução e com a inércia do exequente.
 - (B) agravo de petição, no prazo de 8 dias, eis que é o recurso cabível na hipótese, podendo sustentar que a prescrição intercorrente só se opera após 2 anos do início da execução, e após a inércia do exequente, que deixa de cumprir determinação judicial.
 - (C) mandado de segurança, eis que possui direito líquido e certo, na medida em que a prescrição intercorrente só se opera após 2 anos do início da execução.
 - (D) agravo de petição, no prazo de 8 dias, eis que é o recurso cabível na hipótese, podendo sustentar que a prescrição intercorrente só se opera após 5 anos do início da execução e com a inércia do exequente.
 - (E) agravo de petição, no prazo de 10 dias, eis que é o recurso cabível na hipótese, podendo sustentar que a prescrição intercorrente só se opera após 2 anos do início da execução, e com a inércia do exequente.
37. De acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, e com base na interpretação conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho à Lei nº 13.467/2017, a chamada Reforma Trabalhista,
- (A) os pedidos na petição inicial trabalhista não precisam ser certos e determinados, sendo desnecessária a sua liquidação e atribuição de valor, pela informalidade do Processo do Trabalho, sendo inaplicável o Código de Processo Civil na hipótese.
 - (B) é causa de extinção do pedido sem julgamento do mérito em petição inicial trabalhista se o mesmo não estiver com valor certo e determinado, não sendo admitida a sua estimativa, por aplicação subsidiária do Código de Processo Civil na hipótese.
 - (C) os pedidos na petição inicial trabalhista devem ser certos e determinados, com a indicação do valor, não se admitindo a fixação do valor por estimativa, devendo haver a extinção do processo sem julgamento do mérito em caso de descumprimento.
 - (D) não há a necessidade de atribuição de valor certo a cada pedido realizado na petição inicial do Processo do Trabalho, eis que se admite a atribuição de valor estimado para o pedido, não se aplicando o Código de Processo Civil, em nenhuma hipótese, na matéria pertinente.
 - (E) não há a necessidade de atribuição de valor certo a cada pedido realizado na petição inicial do Processo do Trabalho, eis que se admite a atribuição de valor estimado para o pedido, aplicando-se o Código de Processo Civil, no que couber, na matéria pertinente.
38. Zeus propõe reclamationária trabalhista em face do seu ex-empregador Estrela do Olimpo Ltda. perante o Juízo do Trabalho da comarca para o qual foi contratado. A ré pretende arguir exceção de incompetência em razão do lugar, sob o fundamento de que o Juízo seria incompetente, eis que diverso do último local de trabalho. Considerando o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Estrela do Olimpo deverá arguir a exceção
- (A) em peça apartada da defesa, no prazo de 10 dias a contar da sua citação, tendo idêntico prazo o autor para manifestação, hipótese em que o feito será suspenso até a decisão final da exceção.
 - (B) na audiência designada, podendo ser de forma escrita ou oral, sendo que a audiência será suspensa para que o autor possa se manifestar sobre a exceção, no prazo de 5 dias.
 - (C) em peça apartada da defesa, no prazo de 5 dias a contar da sua citação, tendo idêntico prazo o autor para manifestação, hipótese em que o feito será suspenso até a decisão final da exceção.
 - (D) como preliminar de defesa, tendo o autor prazo de 48 horas para se manifestar sobre a mesma, não havendo a suspensão do curso do processo até que seja designada audiência para instrução da exceção.
 - (E) até 5 dias antes da audiência, em peça apartada, tendo o autor idêntico prazo para manifestação após a audiência, sendo o processo suspenso até decisão final sobre a exceção.



39. Aristóteles é detentor de estabilidade provisória no emprego, em virtude de ser dirigente sindical, laborando na Metalúrgica Ferro a Toda Prova Ltda.. Sua empregadora pretende rescindir o seu contrato de trabalho por justa causa, entendendo que Aristóteles cometeu falta grave que torna impossível a manutenção do vínculo empregatício. Nessa hipótese, de acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, deverá
- (A) propor o competente inquérito para apuração de falta grave, após prazo máximo de 60 dias do afastamento do empregado, podendo ouvir em audiência a ser designada até 6 testemunhas, independente de comunicação ao sindicato.
 - (B) comunicar o sindicato da categoria do qual o empregado é dirigente, e propor o competente inquérito para apuração de falta grave, após prazo máximo de 90 dias do afastamento do empregado, para concluir sindicância interna, podendo ouvir em audiência a ser designada até 6 testemunhas.
 - (C) comunicar o sindicato da categoria do qual o empregado é dirigente, e propor o competente inquérito para apuração de falta grave, após prazo máximo de 60 dias do afastamento do empregado, podendo ouvir em audiência a ser designada até 3 testemunhas.
 - (D) propor o competente inquérito para apuração de falta grave, após prazo máximo de 30 dias do afastamento do empregado, podendo ouvir em audiência a ser designada até 6 testemunhas, independente de comunicação ao sindicato.
 - (E) comunicar o sindicato da categoria do qual o empregado é dirigente, e propor o competente inquérito para apuração de falta grave, após prazo máximo de 15 dias do afastamento do empregado, podendo ouvir em audiência a ser designada até 3 testemunhas.

40. De acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, relativamente aos honorários periciais, considere:
- I. É sempre da reclamada a responsabilidade pelos honorários periciais, na hipótese de o autor, ainda que sucumbente no objeto da perícia, seja beneficiário da Justiça Gratuita.
 - II. É facultado ao Juiz, dentro do seu poder de direção e condução do processo, solicitar que a reclamada adiante valor a título de antecipação de honorários periciais, valor que poderá ser compensado em eventual procedência.
 - III. Na fixação dos honorários periciais, o Juiz deverá observar o limite máximo estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
 - IV. A requerimento da parte que for condenada a arcar com os honorários periciais, que será a parte sucumbente no objeto da perícia, o Juiz poderá deferir o parcelamento do valor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
 - (B) III e IV.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I e II.
41. A empresa Verdes Mares Comércio de Pescados Ltda. é ré em ação trabalhista, tendo sido condenada a pagar ao autor verbas rescisórias decorrentes da rescisão do contrato de trabalho, além de multa de 1% por litigância de má-fé. A empresa pretende recorrer desta decisão, entendendo injustificada a condenação. Nessa hipótese, conforme o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, caberá
- (A) recurso ordinário no prazo de 8 dias úteis, devendo a empresa, arcar com as custas processuais e depósito recursal, não sendo pressuposto recursal o depósito da multa por litigância de má-fé.
 - (B) agravo de instrumento no prazo de 8 dias úteis em relação à multa por litigância de má-fé, e recurso ordinário no mesmo prazo, não sendo necessário o depósito da multa por litigância de má-fé para interposição do recurso.
 - (C) recurso ordinário no prazo de 8 dias corridos, devendo a empresa, além das custas processuais e depósito recursal, efetuar o depósito da multa por litigância de má-fé, sob pena de o recurso não ser admitido.
 - (D) agravo de instrumento no prazo de 8 dias corridos em relação à multa por litigância de má-fé, e recurso ordinário no mesmo prazo, não sendo necessário o depósito da multa por litigância de má-fé para interposição do recurso.
 - (E) recurso ordinário no prazo de 8 dias úteis, devendo a empresa, além das custas processuais e depósito recursal, efetuar o depósito da multa por litigância de má-fé, sob pena de o recurso não ser admitido.

42. Demóstenes propôs ação trabalhista em face do seu ex-empregador a Churrascaria Boi no Prato, tendo sido a referida empresa condenada a pagar R\$ 30.000,00 de verbas contratuais, rescisórias e diferenças de FGTS ao autor, acrescido de honorários sucumbenciais. Sabendo-se que Demóstenes celebrou com seu advogado particular contrato de honorários à base de 10% do valor da condenação, com base na Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) não cabe honorários sucumbenciais na hipótese ao patrono do autor, eis que o mesmo perceberá honorários contratados.
 - (B) o valor máximo da condenação em honorários sucumbenciais ao patrono do autor será de R\$ 6.000,00, uma vez que os honorários contratados não atingiram o percentual máximo permitido em lei, que é de 30%.
 - (C) não cabe honorários sucumbenciais na hipótese ao patrono do autor, eis que o mesmo não está assistido pelo sindicato da categoria.
 - (D) o valor máximo da condenação em honorários sucumbenciais ao patrono do autor será de R\$ 4.500,00.
 - (E) o valor mínimo da condenação em honorários sucumbenciais ao patrono do autor será de R\$ 3.000,00.



43. Frustrada a execução de sentença trabalhista em face da empresa Sol e Chuva Climatizadores de Ar Ltda., o exequente Arquimedes direciona a execução para bem imóvel pessoal do sócio Sócrates, um terreno de 5.000 m², passível de divisão, deferindo o juiz e determinando a expedição de mandado de penhora do referido bem. Vênus, esposa de Sócrates, nessa hipótese, conforme a legislação em vigor, poderá
- (A) interpor agravo de petição, no prazo de 8 dias da ciência da penhora, para defender a ilegalidade da medida constritiva.
 - (B) apresentar embargos à execução no prazo de 15 dias da ciência da penhora, a fim de resguardar a sua meação.
 - (C) opor embargos de terceiro, para defender a sua meação, tratando-se de bem indivisível, no prazo de 10 dias após a ciência da penhora.
 - (D) interpor agravo de petição, no prazo de 8 dias da ciência da penhora, para defender a sua meação.
 - (E) opor embargos de terceiro, para defender a sua meação, tratando-se de bem divisível, no prazo de 5 dias após a ciência da penhora.

Direito do Trabalho

44. Hera, empregada não estável da empresa de eventos Deixa a Vida Me Levar, teve seu contrato de trabalho rescindido pela empresa durante a pandemia de Covid-19, sob alegação de força maior em virtude de impossibilidade não evitável de celebração de contratos. Sabendo-se que Hera faria jus a R\$ 7.000,00 em uma rescisão contratual sem justa causa comum, nessa situação, com base no dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho que regula a matéria, o valor que a empresa, sustentando sua alegação, pagou de rescisão foi
- (A) R\$ 1.750,00
 - (B) R\$ 3.500,00
 - (C) R\$ 2.800,00
 - (D) R\$ 4.200,00
 - (E) R\$ 2.100,00
45. Zeus foi convocado e compareceu para ser testemunha em processo judicial, tendo ficado no fórum entre 10h e 14h no dia da audiência em 26/05/2022; Hipócrates, no mesmo dia 26/05/2022, doou sangue, pela segunda vez no ano; Mercúrio, também no dia 26/05/2022, acompanhou sua filha de 8 anos em consulta médica. Considerando que os três trabalhadores regidos pela CLT se ausentaram do trabalho no dia 26/05/2022, à luz do que prevê o ordenamento jurídico trabalhista vigente,
- (A) apenas Mercúrio e Zeus terão o dia de ausência remunerado.
 - (B) apenas Mercúrio terá o dia de ausência remunerado.
 - (C) todos terão o dia de ausência remunerado.
 - (D) nenhum dos três terá o dia de ausência remunerado.
 - (E) apenas Hipócrates e Zeus terão o dia de ausência remunerado.
46. Mirtes foi contratada como empregada doméstica para prestar serviços de acompanhante de idoso, de segunda a sábado. Na residência do seu empregador há um tanque de óleo diesel para fazer funcionar um gerador que alimenta o aparelho que o idoso necessita, em caso de faltar energia elétrica. Nessa condição, com base no que prevê a Constituição Federal de 1988, Mirtes
- (A) não fará jus ao adicional de periculosidade, em face de ser trabalhadora doméstica.
 - (B) poderá vir a perceber adicional de insalubridade em grau médio, à base de 25% do salário mínimo, após laudo pericial que ateste a agressividade do ambiente.
 - (C) deverá perceber o competente adicional de periculosidade, no percentual de 30% do seu salário básico.
 - (D) deverá perceber o competente adicional de periculosidade, no percentual de 30% da sua remuneração, composta pelo salário acrescido de outras verbas salariais.
 - (E) poderá vir a perceber adicional de insalubridade em grau médio, à base de 30% do salário mínimo, após laudo pericial que ateste a agressividade do ambiente.
47. Platão trabalhou na empresa de alimentos processados Churrasco no Pote Ltda. de 10/01/2014 a 10/12/2021, percebendo como último salário o valor de R\$ 3.000,00. Na rescisão do seu contrato de trabalho por iniciativa da empresa, a mesma optou por indenizar o aviso prévio de Platão. Nessa hipótese, com base na legislação federal que disciplina a matéria, a indenização do aviso prévio de Platão será de
- (A) R\$ 4.800,00
 - (B) R\$ 6.000,00
 - (C) R\$ 3.000,00
 - (D) R\$ 5.400,00
 - (E) R\$ 5.100,00



48. Perseu, após o início da pandemia de Covid-19, passou a prestar serviços ao seu empregador em regime de teletrabalho. Não querendo o empregador mais arcar com os custos do fornecimento de infraestrutura para Perseu trabalhar remotamente, deseja que o empregado retorne para o trabalho presencial. Nessa hipótese, de acordo com previsão da Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) poderá o empregador unilateralmente determinar o retorno do empregado ao regime presencial, observando a antecedência mínima de 15 dias.
 - (B) deverá haver mútuo acordo entre as partes, sendo que o período para a transição será de, pelo menos, 45 dias.
 - (C) deverá haver mútuo acordo entre as partes, sendo que o período para a transição será de, pelo menos, 15 dias.
 - (D) poderá o empregador unilateralmente determinar o retorno do empregado ao regime presencial, observando a antecedência mínima de 30 dias.
 - (E) sempre após acordo mútuo entre empregado e empregador, poderá ocorrer a reversão ao trabalho presencial, observada a antecedência mínima de 30 dias.
-
49. Por força da natureza da sua prestação de serviços de vigilante, Ganimedes trabalha uniformizado. Nessa hipótese, de acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, o tempo despendido pelo empregado para a troca de uniforme
- (A) sempre será computado na jornada de trabalho, desde que excedente de 15 minutos diários.
 - (B) sempre será computado na jornada de trabalho, desde que excedente de 10 minutos diários.
 - (C) apenas será computado na jornada de trabalho se houver a determinação da empresa que a troca se realize em suas dependências, sendo jornada extraordinária o que ultrapassar 5 minutos.
 - (D) nunca será computado na jornada de trabalho.
 - (E) apenas será computado na jornada de trabalho se houver a determinação da empresa que a troca se realize em suas dependências, sendo jornada extraordinária o que ultrapassar 15 minutos.
-
50. Sinfrônio é empregado da Panificadora Pão Nosso de Cada Dia e presta horas extras com habitualidade. A sua empregadora pretende criar instrumento de Banco de Horas para ter possibilidade de compensação de horas dos empregados para concessão de descanso em períodos de menor movimento na Panificadora. Nessa hipótese, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, a empresa
- (A) poderá pactuar individualmente com Sinfrônio o banco de horas, desde que a compensação ocorra no período máximo de 12 meses.
 - (B) deverá obrigatoriamente celebrar acordo coletivo com o sindicato para estabelecer banco de horas, desde que a compensação ocorra no período máximo de 18 meses.
 - (C) deverá necessariamente celebrar acordo com todos os empregados em conjunto, com assistência do sindicato, para estabelecer banco de horas, desde que a compensação ocorra no período máximo de 6 meses.
 - (D) deverá obrigatoriamente celebrar acordo coletivo com o sindicato para estabelecer banco de horas, desde que a compensação ocorra no período máximo de 12 meses.
 - (E) poderá pactuar individualmente com Sinfrônio o banco de horas, desde que a compensação ocorra no período máximo de 6 meses.

Direito Processual Civil

51. Júnior se envolveu em um acidente de trânsito, vindo a colidir seu veículo contra o automóvel de Gabriel, por não ter atentado para a sinalização de via preferencial na via pública. Gabriel, então, ajuizou, em face de Júnior, ação de indenização por danos materiais, com a intenção de receber os valores devidos para o conserto de seu automóvel. Júnior, ao ser citado, entendeu que a responsabilidade de pagamento era de sua seguradora, diante do contrato que com ela estabeleceu antes do acidente. Nessa situação,
- (A) Gabriel pode promover o chamamento ao processo em face da seguradora.
 - (B) não cabe nenhuma hipótese de intervenção de terceiros, em razão de estar evidente a culpa de Júnior pelo acidente.
 - (C) Júnior pode promover denúncia da lide à seguradora.
 - (D) Júnior pode promover o chamamento ao processo da seguradora.
 - (E) Gabriel pode promover denúncia à lide em face de Júnior.
-
52. No que se refere às disposições do Código de Processo Civil sobre o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica,
- (A) é sempre indispensável a instauração do incidente quando a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial.
 - (B) concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença.
 - (C) o incidente de desconsideração é cabível somente na fase de conhecimento.
 - (D) instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 5 dias.
 - (E) será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.



53. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Código de Processo Civil, sobre a penhora, é correto afirmar:
- (A) A impenhorabilidade também é oponível à execução de dívida relativa ao próprio bem, inclusive àquela contraída para sua aquisição.
 - (B) É impenhorável a pequena propriedade rural familiar constituída de mais de um terreno, desde que contínuos e com área total inferior a quatro módulos fiscais do município de localização.
 - (C) As penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis, fora do período das 6 às 20 horas, desde que precedida de autorização judicial.
 - (D) A arma de fogo não pode ser penhorada e expropriada, ainda que assegurada pelo Juízo da execução a observância das mesmas restrições impostas pela legislação de regência para a sua comercialização e aquisição.
 - (E) São impenhoráveis os valores oriundos de empréstimo consignado, ainda que não haja a confirmação por parte do mutuário de que os recursos são necessários à sua manutenção e à de sua família.
-
54. Determinada associação, constituída há um ano e meio, com a finalidade institucional de defesa do patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, deseja propor uma ação civil pública, com o objetivo de impedir que o Poder Público descaracterize uma praça situada no centro de determinado Município, com a instalação de um estacionamento privado para veículos. Diante dessa situação,
- (A) é possível a proposição da ação civil pública, como desejado, já que a associação está constituída há pelo menos 1 ano e tem, entre seus fins institucionais, a defesa do patrimônio histórico, turístico e paisagístico.
 - (B) a associação não poderá propor a ação civil pública, haja vista que, no caso apresentado, o instrumento apto a invalidar ato lesivo ao patrimônio público é a Ação Popular, à disposição de qualquer cidadão.
 - (C) não é possível a proposição da ação civil pública no presente caso, pois as associações, com as finalidades acima descritas, não têm legitimidade para manejar tal instrumento.
 - (D) a associação somente poderá propor a ação civil pública após a constatação da inércia do Ministério Público, pois sua iniciativa é subsidiária.
 - (E) a associação somente poderá propor a ação civil pública depois que estiver constituída há pelo menos 2 anos, nos termos da lei civil.
-
55. De acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil,
- (A) a norma processual não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados, quando possível, os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
 - (B) o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
 - (C) em nenhuma hipótese, poderá ser proferida decisão contra uma das partes do processo sem que ela seja previamente ouvida.
 - (D) na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições desse Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.
 - (E) os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. A lista de processos aptos a julgamento deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública em cartório e na rede mundial de computadores.

Direito Administrativo

56. Determinado Prefeito Municipal decide desapropriar, por utilidade pública, um terreno de propriedade do Estado, para construir a nova sede da Prefeitura. Diante de tais fatos,
- (A) a desapropriação não é possível, pois, nesse caso, somente poderia se dar por interesse social, e não por utilidade pública.
 - (B) tendo sido demonstrada a existência de interesse público, em ação judicial, é plenamente possível a desapropriação em questão.
 - (C) somente seria possível a desapropriação, caso tenha havido autorização concedida pela Assembleia Legislativa Estadual.
 - (D) tal desapropriação não seria possível, pois somente a União tem o poder de desapropriar bens públicos de outros entes federativos.
 - (E) o Estado pode desapropriar imóveis dos Municípios, desde que atendidos os requisitos legais, porém os Municípios não podem desapropriar imóveis do Estado.



57. Com relação aos bens públicos,
- (A) os únicos bens públicos que podem ser penhorados são os bens dominicais.
 - (B) a afetação de bens públicos pode ser expressa ou tácita.
 - (C) as terras devolutas são bens públicos de uso comum.
 - (D) a alienação de bens dominicais móveis e imóveis depende de procedimento licitatório e autorização legislativa.
 - (E) os bens públicos de uso comum não podem ser utilizados por particulares.
-
58. De acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações),
- (A) é dispensável a licitação para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração pública e que tenham sido criados para esse fim.
 - (B) é dispensável a licitação para aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos.
 - (C) é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, incluindo os serviços de publicidade e divulgação.
 - (D) na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, culpa, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão subsidiariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
 - (E) é dispensável a licitação para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de dois anos, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.
-
59. De acordo com o que estabelece a doutrina, o ordenamento jurídico, e, ainda, o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, sobre a responsabilidade civil estatal,
- (A) as ações que visam discutir a responsabilidade civil do Estado prescrevem em 10 anos.
 - (B) a condenação do Estado ao pagamento de indenização em face da ocorrência de erro judiciário implica mudança automática na decisão judicial.
 - (C) o Estado responde subjetivamente pelos danos causados por policiais a repórter fotográfico na cobertura de manifestação pública, desde que o profissional tenha respeitado as advertências sobre o acesso a áreas de risco.
 - (D) o Estado responde por danos decorrentes de crime praticado por presidiário foragido, independentemente da comprovação do nexos causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
 - (E) o Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
-
60. Sobre a organização administrativa do Estado, é correto afirmar:
- (A) Fundação pública é uma pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica.
 - (B) Agências executivas são autarquias sob regime especial, com alto grau de especialização técnica, integrantes da estrutura formal da Administração pública, com a função de regular um setor específico de atividade econômica ou um determinado serviço público, ou de intervir em certas relações jurídicas decorrentes dessas atividades.
 - (C) Empresa pública é uma pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração indireta, instituída pelo poder público, mediante autorização de lei específica, sob a forma de sociedade anônima, com participação obrigatória de capital privado e público.
 - (D) As autarquias são entidades administrativas autônomas, criadas por lei específica, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e atribuições estatais determinadas.
 - (E) Sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração indireta, instituída pelo poder público, mediante autorização de lei específica, sob qualquer forma jurídica e com capital exclusivamente público.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.4 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.5 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.6 a 10.11. 10.6 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.6.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.6.1.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.6.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.6.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** 10.6.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido. 10.6.3.2 A avaliação será feita considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.7 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.8 Será atribuída nota **ZERO** à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.6. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.9 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.10 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.11 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

Considere estes versos iniciais do poema “Traduzir-se”, de Ferreira Gullar:

“Uma parte de mim
é todo mundo;
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo.

Uma parte de mim
é multidão;
outra parte estranheza
e solidão”

Redija um texto dissertativo-argumentativo, no qual você reconhecerá e comentará a divisão pessoal declarada pelo poeta nesses versos, considerando ainda a hipótese de que essa divisão ocorra também em cada um de nós.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	



12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO